



## **A NECESSIDADE DE ESTRUTURAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS DA SUSTENTABILIDADE E DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL PARA AS REALIDADES DO ENSINO/APRENDIZAGEM NOS CURSOS DE ADMIMISTRAÇÃO**

*The need for structuring the assumptions of Sustainability and Social Responsibility for the realities  
of Teaching / Learning courses in administration*

### **REGINA CARLA MOREIRA AMORIM**

Mestre em Sociologia e Antropologia (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais).  
Professora do UNI-BH.

### **LUCIANA SILVA CUSTÓDIO**

Doutoranda em Administração (PUC MG/Fundação Dom Cabral).  
Mestre em Administração Pública (Fundação João Pinheiro).  
Professora do UNI-BH.

### **RESUMO**

Em função de cenários econômicos e sociais, com conseqüências das mais diversas matizes, muitos pensadores tem se dedicado a procurar explicações científicas e empíricas que possam apresentar propostas que amenizem o caos moral e ambiental que se abateram sobre a vida moderna. Instituições especializadas nos estudos na área de gestão/ administração tem sido um dos principais *locus* de entendimento das práticas sustentáveis e socialmente responsáveis e como elas podem ser viabilizadas nos mais diversos espaços sociais, mas de forma mais incisiva nas Organizações privadas. Pensando em discutir brevemente sobre estes novos pressupostos e suas aplicações este artigo tem então a função de problematizar a seguinte questão: Porque é necessário estruturar os pressupostos da sustentabilidade e da Responsabilidade Social Empresarial para as realidades do Ensino/Aprendizagem nos cursos de administração de forma que estes atendam às demandas teóricas, empíricas e mercadológicas? Para tanto, apresentou-se os conceitos e definições da sustentabilidade e da Responsabilidade Social Empresarial relativos às realidades científicas e mercadológicas adequados ao Ensino/Aprendizagem nos Curso de Administração. Como estratégia metodológica este artigo contou com a revisão bibliográfica, a fim de apresentar de que maneira estes pressupostos tem sido constituídos. Acredita-se que só se faz possível entender a lógica da Responsabilidade social Empresarial e da Sustentabilidade e



a demanda Social, Educacional e Mercadológica quando estes se fazem bem definidos e estruturados do ponto de vista conceitual e quando entende-se o seu contexto de aplicação.

Palavras-chave: sustentabilidade; responsabilidade social; ensino da administração.

### ABSTRACT

Due to social and economic scenarios, with consequences in many different hues, many thinkers have been devoted to seek scientific explanations and empirical research that may present proposals to mitigate the environmental and moral chaos that hit on modern life. Institutions specializing in studies in management / administration has been a major locus of understanding of sustainable practices and socially responsible and how they can be made viable in various social spaces, but more forcefully in private organizations. Thinking briefly discuss about these new assumptions and their applications, this article then discuss the function of the following question: Why is it necessary to structure the conditions of sustainability and corporate social responsibility for the realities of Teaching / Learning courses in administration so that meet these demands theoretical, empirical and market? For this purpose, presented the concepts and definitions of sustainability and corporate social responsibility related to their scientific and marketing appropriate to the Teaching / Learning in the Course Directors. As a methodological strategy articles relied on the literature review, to present how these assumptions have been made. It is believed that only makes it possible to understand the logic of Corporate Social Responsibility and Sustainability and demand Social, Educational and marketing when they are well defined and structured the conceptual point of view and when means your application context.

Keywords: sustainability, social responsibility, education administration.

### SUMÁRIO



<b>Introdução .....</b>	<b>03</b>
<b>Definições de Responsabilidade Social .....</b>	<b>04</b>
<b>Desenvolvimento Sustentável/Sustentabilidade e seus dissensos paradigmáticos .....</b>	<b>07</b>
<b>Necessidades dos saberes Sociais e Ambientais para a Formação no curso de Administração, inspirações na Carta da Terra .....</b>	<b>09</b>
<b>Considerações finais .....</b>	<b>12</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>13</b>

## **Introdução**

É sabido que na contemporaneidade existe uma série de eventos econômicos que viabilizam a disseminação da desigualdade social e como consequência há um aumento considerável da exclusão financeira, política, moral e sobretudo intelectual de muitos indivíduos que habitam principalmente os países chamados em desenvolvimento. A própria lógica Iluminista proporcionou tamanha segmentação ao permitir que a razão instrumental e a razão histórica pudessem conviver juntas nas sociedades Capitalistas Ocidentais RIBEIRO,1991<sup>1</sup>. Além do evento de degradação moral e social das populações acima mencionadas tem-se percebido ainda uma expressiva depreciação dos espaços físicos diversos, sendo estes naturais, construídos, rurais ou ainda urbanos. Ou seja, observa-se um declínio no comportamento ético dos indivíduos em relação ao seu conjunto social simultaneamente ao meio ambiente em que se estabelecem suas relações sociais.

Alguns autores, como DURKHEIM,2002 iam preferir designar estes acontecimentos sob a perspectiva da anomia, onde são observados uma série de desregramentos fundamentais nas relações sociais entre os atores individuais e a sociedade. Outros pensadores tais como SPENCER, um evolucionista social, se deteriam a explicar este fenômeno afirmando que em todas as sociedades e em todas as espécies ocorrem transformações e mudanças significativas. Contudo, na espécie humana nem todas as mudanças são benéficas e favorecem o progresso.

Seja qual for a interpretação dada é necessário entretanto afirmar que não só de definições catastróficas e pessimistas sobre a atual conjuntura mundial vive a ciência moderna. Muitos pensadores também tem se dedicado a procurar explicações científicas e empíricas que possam apresentar propostas que amenizem o caos moral e ambiental que se abateram sobre a vida moderna em todos os seus aspectos.

---

<sup>1</sup> A primeira lógica concebida pelo Iluminismo é aquela classificada por RIBEIRO, 1991 como a razão Instrumental. Esta concepção persegue incisivamente o crescimento econômico acima de qualquer proposta, sendo que o crescimento econômico e a acumulação são seus princípios básicos irrevogáveis. Para que esse “economicismo” fosse garantido tornou-se comum a exploração da natureza e da força de trabalho. Já a razão histórica procurou racionalizar uma outra perspectiva do progresso: a equidade e a justiça social. Pelos preceitos iluministas a igualdade entre os homens seria um valor imprescindível e incontestável.

Prova desta procura incessante de soluções foi a tradução da Sustentabilidade/Desenvolvimento Sustentável e da Responsabilidade Social Empresarial em pressupostos teóricos e acadêmicos. Estes pressupostos foram difundidos entre intelectuais, que por sua vez tem os introduzido gradativamente no âmbito acadêmico institucional, tomando cursos e instituições de ensino superior das mais diversas áreas do conhecimento. Ao serem discutidos cientificamente, estes paradigmas se baseiam na necessidade de melhoria da qualidade de vida da sociedade moderna, apresentam formatos mais elucidativos de ação e interpretação do mercado e do próprio modelo capitalista de produção.

Instituições especializadas nos estudos na área de gestão, administração tem sido um dos principais *locus* de entendimento das práticas sustentáveis e socialmente responsáveis e como elas podem ser viabilizadas nos mais diversos espaços sociais, mas de forma mais incisiva nas Organizações privadas.

Pensando em discutir brevemente sobre estes novos pressupostos e suas aplicações este artigo tem então a função de problematizar a seguinte questão: **Porque é necessário estruturar os pressupostos da sustentabilidade e da Responsabilidade Social Empresarial para as realidades do Ensino/Aprendizagem nos cursos de administração de forma que estes atendam às demandas teóricas, empíricas e mercadológicas?**

Com esta finalidade se faz necessário apresentar os conceitos e definições da sustentabilidade e da Responsabilidade Social Empresarial relativos às realidades científicas e mercadológicas adequados ao Ensino/Aprendizagem nos Curso de Administração.

Como estratégia metodológica este artigo contou com a revisão bibliográfica, a fim de apresentar de que maneira estes pressupostos tem sido constituídos. Acredita-se que só se faz possível entender a lógica da Responsabilidade social Empresarial e da Sustentabilidade e a demanda Social, Educacional e Mercadológica quando estes se fazem bem definidos e estruturados do ponto de vista conceitual e quando entende-se o seu contexto de aplicação, isto justifica o uso desta metodologia.

## Definições de Responsabilidade Social

O surgimento da designação Responsabilidade Social Empresarial se deveu muito mais às demandas empíricas e situacionais vivenciadas no exercício profissional, do que apenas a definições conceituais e teóricas. A administração científica<sup>2</sup> com a sua proposta de operacionalização e otimização da produção trouxe uma série de favorecimentos tecnológicos mas em contrapartida fez com que os trabalhadores fossem tomados por uma série de mazelas que afetaram consideravelmente sua qualidade de vida, suas relações trabalhistas e obviamente o meio ambiente.

Ao operacionalizar os princípios liberais de Adam Smith no chão de fábrica com o objetivo exclusivo da maximização de lucros as empresas passaram a assumir abertamente que para a obtenção deste objetivo primeiro elas estariam dispostas a adotar quaisquer medidas de enriquecimento, inclusive aquelas que superexploravam a mão de obra bem como o meio ambiente onde encontrava-se implantadas. TENÓRIO, 2004 afirma que este foi o primeiro momento da Responsabilidade Social, que prevaleceu desde o início do século XX até a década de 1950.

Logo, até a década de 1950, a responsabilidade social empresarial assume dimensão estritamente econômica e é entendida como a capacidade empresarial de geração de lucros, criação de empregos, pagamento de impostos e cumprimento das obrigações legais. Essa é a representação clássica do conceito. TENÓRIO, 2004, p.18.

---

<sup>2</sup> “A administração científica tentou eliminar o tempo ocioso dos trabalhadores e substituir os métodos empíricos pela ciência, aumentando assim a eficiência de produção. Impôs métodos e procedimentos científicos para a organização e operação do trabalho, dos quais o mais importante foi o estudo de tempo e movimento, a fim de encontrar o melhor método de implementar uma tarefa.” (NONAKA e TAKEUCHI, 1997, p.42)

Ainda para TENÓRIO, 2004 situações históricas foram bastante incisivas para modificações e adaptações no conceito e na visão da Responsabilidade Social Empresarial. O próprio período Keynesianista disseminando a necessidade de intervenção do Estado na Economia prevaleceu no contexto social sendo observado até a década de 70. A redução de incertezas e funcionamento livre do mercado fizeram com que as empresas pudessem se dedicar a consolidação do modelo de produção em massa.

(...) Além disso, a transição do modelo de produção resultou em mudanças nos valores da sociedade. Toffler (1995) demonstra que a sociedade industrial buscava, basicamente, o sucesso econômico; já a sociedade pós-industrial busca: o aumento da qualidade de vida; a valorização do ser humano; o respeito ao meio ambiente; a organização empresarial de múltiplos objetivos; a valorização das ações sociais, tanto das empresas quanto dos indivíduos. TENÓRIO, 2004, p.

Observando assim a evolução do conceito e de orientações da Responsabilidade Social Empresarial, pode-se inferir que tal definição é composta por uma série de interesses e demandas que por vezes são contraditórios uma vez que atendem pleitos de atores sociais diversos. O que se entende então é que a definição comporta expectativas e exigências de grupos sociais diversos, de forma prioritária o interesse dos *stockholders e stakeholders*<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Na perspectiva de Oliveira (1984) os grupos beneficiários da responsabilidade social corporativa são cinco: os empregados, os consumidores; os credores e fornecedores; a comunidade e os acionistas; sócios ou proprietários (*stockholders*). Para este autor a divergência de interesses entre estes atores é bastante clara: os acionistas, sócios e proprietários (*stockholders*) procuram a maximização dos lucros, o que gera um paradoxo com as expectativas dos *stakeholders*, pois este grupo requisita atitudes que promova a qualidade de vida em circunstâncias prioritárias.

Naturalmente por atender as demandas diversas de grupos distintos o conceito de responsabilidade social, ao contrário de que muitos pensam no contexto do senso comum, não passou por um processo de evolução, este na realidade foi recebendo acréscimos de olhares e de interesses múltiplos. Alguns ramos do conhecimento, ainda de maneira primária chegaram a confundir e difundir os pressupostos da Responsabilidade Social como a Sustentabilidade/Desenvolvimento Sustentável. Distinguir estes dois pressupostos se faz então fundamental. Mas antes de apresentar tal distinção a seguir são apresentados alguns conceitos de Responsabilidade Social Corporativa, Responsabilidade Social Empresarial ou apenas Responsabilidade Social.

Na percepção dos autores BARBOSA e RABAÇA (2001) Responsabilidade Social surgiu a partir de um compromisso que a Organização estabelece com a sociedade, e neste contexto sua atividade transcende a simples criação de emprego, o pagamento de impostos e a geração de lucros. De forma a equilibrar o ecossistema social no qual esta inserido, a empresa depende de uma atuação ética em todas as suas frentes, equilibrando crescimento econômico, desenvolvimento social e ambiental.

Já para FERRELL e FRAEDRICH (2000), a empresa socialmente responsável é aquela que, na busca por maximizar os efeitos positivos e minimizar os negativos na sociedade em que atuam leva em consideração as dimensões legais, econômicas, filantrópicas e éticas. No que se refere aos desdobramentos da responsabilidade Social estes autores consideram que existem: a dimensão legal (cumprimento de leis e regulamentos definidos pelo próprio governos ou por organismos nacionais e internacionais que definem padrões mínimos de ações responsáveis por parte das empresas). As dimensões éticas e filantrópicas (atuação que transcende o que é exigido por lei e as empresas que operam eticamente estariam pautadas no comportamento considerado íntegro e justo com a sociedade. A Empresa estaria disposta a ouvir as demandas e necessidades dos *stakeholders*. Os valores éticos neste caso, não são colocados em segundo plano, nem mesmo em nome de metas e objetivos internos da empresa em questão. E obviamente, a dimensão econômica que se refere à perseguição dos lucros e o retorno aos investidores por parte da organização. Neste âmbito, muitos consideram como



socialmente responsável a geração de empregos para sustentar o crescimento econômico da Organização.

Muitos pesquisadores procuraram observar estas definições empiricamente, buscando evidências de que os fundamentos da Responsabilidade social já se fazem observáveis na organizações, e estas pesquisas e seus autores afirmar que: Os benefícios são constatados tanto em relação a valorização da imagem institucional bem como no que diz respeito a atitudes favoráveis por parte dos consumidores em relação à empresa SMITH e ALCORN (1991).

Toda a discussão e consolidação das questões ligadas a responsabilidade Social foram bastante conturbadas em todo o mundo e não diferentemente estes reflexos foram percebidos no Brasil. A adoção de posturas socialmente responsáveis no país são muito recentes e o tema encontra-se em desenvolvimento.

O interesse vem crescendo expressivamente tanto no meio acadêmico como no âmbito corporativo. Prova disso são os institutos como o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e o Instituto Ethos que cada vez mais realizam pesquisas e analisam como as empresas tem operacionalizado os pressupostos da Responsabilidade Social em suas rotinas e em seus planejamentos. Para tanto, contam com a aplicação de questionários e de outros instrumentos de coleta de dados que são capazes de mensurar os níveis de responsabilidade social. Estas práticas tem garantido a difusão dos preceitos deste novo conceito em Universos distintos, que envolvem o olhar e a preocupação de empresários, estudantes, acadêmicos, intelectuais dentre outros protagonistas sociais.

### **Desenvolvimento Sustentável/Sustentabilidade e seus dissensos paradigmáticos**

Já no que tange o conceito de sustentabilidade e sua adoção nos projetos sustentáveis das empresas uma evolução temática também aqui deve ser evidenciada. O Desenvolvimento Sustentável no Brasil se

configurou como um conceito central nos debates, estudos e ações, manifestadas nos âmbitos políticos, governamentais, privados e sobretudo da sociedade civil, de maneira especial após a RIO 92. Já em âmbito mundial, o desenvolvimento Sustentável e posteriormente a definição de sustentabilidade se constituíram em concentrada discussão viabilizada pela conformação do campo ambiental<sup>4</sup>, sobretudo após os anos 80, AMORIM (2005).

Não diferentemente das interpretações que a Responsabilidade Social sofre, os conceitos de desenvolvimento sustentável/sustentabilidade também coexistem e são usados de maneira bastante recorrente entre os vários atores sociais presentes no cerne do campo ambiental. Ou seja, a visão científica e empírica do campo ambiental é viabilizada pela multiplicidade paradigmática. A coexistência de paradigmas em determinadas esferas já foi tratada de forma relevante por KUHN (1975), pois para este autor mesmo sendo os paradigmas expressivos das sociedades que os criam, esses não são determinados por regras comuns ao grupo.

Um fato bastante corriqueiro na formação de paradigmas é o de que, muitas vezes, um número relevante de cientistas identifica um mesmo paradigma, concorda com o processo de identificação, mas nem sempre isso quer dizer que esses entrem em comum acordo em relação a sua interpretação, não existindo um processo de racionalização completa a seu respeito. No campo ambiental este é um evento bastante relevante. Embora sustentabilidade e desenvolvimento sustentável sejam tratados universalmente, segundo AMORIM (2005) interpretações diversas são estabelecidas em torno de seus aspectos constitutivos. Então a visão de dissensos e interpretações diversas são válidas para os paradigmas e ainda para os conceitos, teorias e noções que os acompanham. Desenvolvimento

---

<sup>4</sup> A noção de campo é tratada por Bourdieu, 1989, para quem tal conceito se refere ao arranjo dos atores sociais em relação à distribuição de poder sobre um plano, fazendo alusão aos seus aspectos simbólicos e materiais. Ou seja, é a detenção de poder em um determinado capital dentre os muito existentes (cultural, social, econômico, etc). Esse campo de poder envolve e articula todos os demais campos, e é a partir deste campo integral que os atores sociais presentes nos outros campos, como por exemplo no ambiental, têm a sua posição determinada em relação ao grau de poder susceptível de lhes ser atribuído. São vários os campos que existem, e cada um desses possui vínculos particulares com os diversificados tipos de capital que irão possibilitar o funcionamento desse campo, conduzido por sua própria lógica. As maneiras próprias de precisar melhor esses campos dependem de conceitos que estejam legitimando ou legitimarão sua existência. AMORIM (2005,p.61)

Sustentável/Sustentabilidade (do ponto de vista conceitual) encontram-se nesta mesma situação, pois não são tratados ou debatidos como unânimes no interior do campo ambiental. Os paradigmas podem assim serem definidos:

De um lado indica toda a conjunção de crenças, valores, técnicas, etc...partilhados pelos membros de uma comunidade determinada. De outro, denota um tipo de elemento dessa constelação: as soluções concretas de quebra-cabeças que, empregadas como modelos ou exemplos podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal. KUHN, 1975, p.218

O resgate dos princípios teóricos de KUHN (1975) auxilia na argumentação de que campos próprios, como no caso o campo ambiental, podem receber influências constitutivas advindas das mais diversas tradições, conceitos, pressupostos e ainda metodologias.

A partir do exposto, o desenvolvimento sustentável/sustentabilidade passaram então a operar como mais um em entre os diversos conceitos ativos no campo ambiental. Estes conceitos apresentam dimensões econômica, equitativa e ainda ecológica. Fundamentando-se nesta definição pode-se dizer que a dimensão social da sustentabilidade (ou da equidade) é baseada na idéia de que a evolução das sociedades deveria ser orientada por princípios que dessem conta de uma evolução mais justa e igualitária entre todos os indivíduos. O que fosse produzido pelas sociedades deveria ser distribuído igualmente, garantindo melhorias substanciais nos direitos das massas populacionais, reduzindo distâncias constatadas entre ricos e pobres.

Sobre a dimensão econômica SACHS (1993), definiu que deveria-se fazer com que os recursos pudessem ser tratados por meios e maneiras mais eficientes de alocação e gestão, através de um fluxo regulador do investimento público e privado. Uma qualidade fundamental para isso seria superar as

atuais condições externas decorrentes de uma combinação de fatores negativos, dentre os quais têm-se o ônus do serviço da dívida e do fluxo líquido de recursos financeiros do Sul para Norte, as relações adversas de troca, as barreiras protecionistas ainda existentes nos países industrializados e, finalmente as limitações do acesso à ciência e à tecnologia. A eficiência econômica deveria ser analisada mais em termos macrossociais do que apenas como meio de critérios de lucratividade microempresarial.

Já a sustentabilidade em sua esfera ecológica aponta a necessidade do uso de recursos naturais de forma consciente, que pudesse atender aos propósitos e interesses da coletividade. Para tanto, a manutenção e a garantia dos potenciais dos vários ecossistemas devem permanecer como prioridade. Ainda neste contexto, o uso de recursos fósseis ou de reposição vagarosa deveria ser substituído por recursos renováveis e encontrados de forma mais abundante na natureza.

Como conceito de sustentabilidade têm-se, dentre outros:

Sustentabilidade é um relacionamento entre sistemas dinâmicos e sistemas ecológicos maiores e também dinâmicos, membro de mudança mais lenta, em que: a) a vida humana pode continuar indefinidamente; b) os indivíduos podem prosperar; c) as culturas humanas podem desenvolver-se, mas em que d) os resultados das atividades humanas obedeçam a limites para não destruir a diversidade, a complexidade e a função do sistema ecológico de apoio à vida  
CONSTANZA (apud Sachs, 1993, p.24).

Já a partir da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, a difusão do conceito de desenvolvimento sustentável tornou-se mais intensa. A partir de uma definição da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento este conceito passou a ser abordado como: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades” CMMAD.



Mas com o passar do tempo o conceito de desenvolvimento sustentável, embora abarcasse os campos social e ambiental, e de ter reformulado a ideologia do crescimento a fim de que ela se preocupasse com futuras gerações, passou a ser apropriado para atender interesses diversos. Ele é um projeto que tem sido apropriado e redesenhado pelas mais diversas facções, grupos e associações. Por ser possuidor de várias faces, esse desenvolvimento permite leituras e assimilações bastante controversas. Recebendo essa descara de múltiplas ideologias, e com elas os interesses distintos de diversas coletividades, o conceito tende a contar com uma elasticidade tamanha, ganhando, por vezes forte caráter científico, político, operacional, e em outras vezes, cai em uma noção vazia e abstrata.

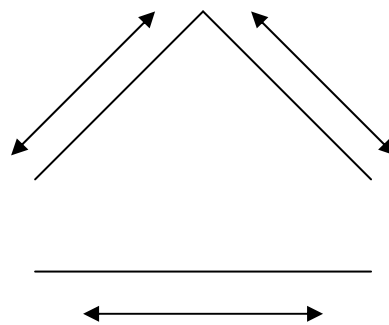
Mas mesmo sofrendo apropriações que tendem a desvirtuar o propósito primeiro do desenvolvimento sustentável, deve-se sempre recordar que este proporcionou uma revolução de olhares e opiniões acerca do crescimento e das parcelas da população a serem beneficiadas por ele. Por isto, agregado ao conceito de Responsabilidade Social o Desenvolvimento Sustentável/Sustentabilidade podem ser vistos como aspectos imprescindíveis para a criação de um novo perfil de administrador. Este estará mais apto a ser empreendedor e um líder de destaque ao ser conscientizado das novas demandas sociais que dependem da obtenção de soluções propiciadas por organizações privadas inteiradas com as dimensões ecológicas e sociais do processo de crescimento econômico.

### **Necessidades dos saberes Sociais e Ambientais para a Formação no curso de Administração, inspirações na Carta da Terra**

Os cursos de administração tendem na contemporaneidade a formarem estudantes que desenvolvam acima de tudo, habilidades de gestão, liderança e empreendedorismo. Para tanto, os discentes são convocados a desenvolver um olhar interdisciplinar e holista em relação às organizações. Esta postura de uma visão global do administrador requer que estes sejam formados em dimensões técnica, humana, ética.

Porém, como é sabido, na prática de ensino nos cursos de administração são raras as grades curriculares que alocam disciplinas que se preocupam com esta nova realidade da tríade associativa entre as dimensões:

**ECONÔMICA**



**ECOLÓGICA**

**SOCIAL**

**Figura 1** Equilíbrio Dinâmico da Sustentabilidade

FONTE: Adaptado DIAS, 2006, p.41.

A ausência de disciplinas, de professores, e ainda de uma visão sócio-ambiental por parte de academias que oferecem os cursos de administração faz com que os discentes e por conseguinte os futuros profissionais sejam privados de articularem uma visão ampla da necessidade de entendimento, participação e intervenção direta das empresas privadas no que tange às questões sócio-ambientais. Ou como demonstra a figura acima, não focam ou interpretam o equilíbrio dinâmico da sustentabilidade.

A carta da Terra, documento de conteúdo ético amplamente difundido sobretudo por intelectuais após a Rio-92, conclama todos os setores sociais a entenderem e adequarem suas ações de maneira que estas possam atender à esta demanda sócio-ambiental que torna-se condição *sine qua non* para a própria sobrevivência e perpetuação da espécie humana. Para as organizações privadas voltar seu olhar para

estas prioridades também é uma questão de sobrevivência e de, obviamente, aumento na produtividade e de melhoria de sua *performance*.

Um dos princípios da Carta da Terra que deve ser estudado junto aos graduandos do curso de administração para prepará-los no entendimento das responsabilidades cabíveis às Organizações privadas é, dentre outros:

Fazer com que as atividades e as instituições econômicas tornem-se promotoras do desenvolvimento humano e que isto ocorra de forma equitativa e sustentável. Para que este objetivo seja alcançado o próprio documento descreve tópicos que incentivam a promoção equitativa das riquezas entre as nações, o favorecimento do desenvolvimento intelectual, monetário, técnico e social das nações para que elas evoluam e livrem-se de dívidas onerosas. Define ainda a necessidade das transações comerciais garantirem a sustentabilidade, a proteção ambiental e as normas trabalhistas progressistas. Ainda na Carta da Terra tem-se:

Exigir que corporações multinacionais e organizações financeiras internacionais atuem com transparência em benefício do bem comum e responsabilizá-las pelas consequências de suas atividades. CARTA DA TERRA

Tendo acesso e sendo formados em proximidade a este conteúdo os discentes do curso de administração estarão sendo formados como cidadãos e profissionais conscientes de que as empresas são as principais responsáveis pelo esgotamento dos recursos naturais, pois utilizam os insumos na produção de bens. Ou seja, como afirma DIAS, 2006 as empresas promovem a utilização privada do meio ambiente, que na realidade é um recurso comum. Esta utilização, mesmo que seja realizada com o

intuito de produzir bens que atendam aos desejos e necessidades das sociedades diversas causa o processo de escassez natural e consequente miséria e empobrecimento de camadas populares.

As empresas já começam a esboçar novas estratégias de conquista de seus objetivos de lucratividade e para tanto, ao colocarem seus bens, produtos e serviços no mercado tem se preocupado em internalizar custos sócio-ambientais para que ações desta natureza possam ser por elas incorporadas. Mas, o que muitas vezes se percebe é a incorporação destas ações por parte destes organismos apenas por sofrerem pressões diretas de segmentos diversos tais como:

- 1- Pressões dadas pela regulação formal do Estado – Favorecida sobretudo pela legislação ambiental, pela legislação trabalhista, dentre outras.
- 2- Cobranças feitas pela própria comunidade local afetada diretamente pela ação da Organização, ou seja na localidade onde efetivamente encontra-se a unidade empresarial responsável pela qualidade de vida e qualidade do meio ambiente do entorno.
- 3- Ou ainda a Organização pode sofrer incisivas cobranças do próprio mercado, que tende a excluir e boicotar negociações com empresas que poluem o meio ambiente ou que não vislumbram ações socialmente responsáveis de naturezas filantrópicas, cidadãos, dentre outras.

Mas a prática de ações sócio-ambientais deve ir para além de uma postura corretiva e mitigadora na realidade das empresas. Elas são garantidoras de competitividade para a Organização, trarão benefícios aos seus *stakeholders* e poderão ainda tornarem as empresas mais conscientes de um crescimento que pode ser ao mesmo tempo sustentável. Segundo DIAS, 2006 sobre a competitividade das Empresas têm-se:



O nível de competitividade de uma empresa depende de um conjunto de fatores, variados e complexos, que se inter-relacionam e são mutuamente dependentes, tais como: custos, qualidade dos produtos e serviços, nível de controle de qualidade, capital humano, tecnologia e capacidade de inovação. Ocorre que nos últimos anos a gestão ambiental (e social) tem adquirido cada vez mais uma posição destacada, em termos de competitividade devido aos benefícios que traz ao processo produtivo como um todo e a alguns fatores em particular que são potencializados. (DIAS, 2006; p.53).

A difusão destas vantagens sócio-ambientais garantidoras de competitividade em termos de conhecimento empírico e teórico ainda tem sido feita de maneira muito tímida e incipiente nos cursos de administração. A oferta de discussões teóricas e mercadológicas não se fundamenta em apresentar aos discentes o modelo de opção estratégica que as empresas podem adotar, nem tampouco são tratadas com clareza as consequências de desequilíbrio a serem trazidas com implantação de posturas intransigentes notadas por parte das empresas que não ponderam a obtenção de um lucro aceitável, nos parâmetros sustentáveis.

### **Considerações finais**

Ao observar o exercício profissional cotidiano do administrador e as faculdades que ofertam os cursos de administração fica claro que estes profissionais são aqueles que tem por fundamento a organização, o planejamento e a orientação dos recursos financeiros, físicos, humanos e tecnológicos das Organizações públicas, privadas e até não-governamentais. Seu labor básico é a busca de soluções para os problemas administrativos das mais variadas naturezas, que incluem agora os de origem Sócio-ambiental.

A pergunta que permanece é: Como então fazer com que as soluções para os problemas sócio-ambientais passem a fazer parte do planejamento e da estratégia de ação dos administradores? Uma das respostas talvez possa ser:

Fazendo com que a discussão sobre Desenvolvimento Sustentável/Sustentabilidade e Responsabilidade Social seja operacionalizada nas Instituições de Ensino Superior através dos cursos regulares, cursos de pós-graduação, extensão, pesquisa e principalmente através de simulações de vivências empresarias e a aproximação discentes com as empresas que já possuem práticas socialmente e ambientalmente responsáveis. Esta talvez seja uma resposta que também dê conta de responder, mesmo que parcialmente a pergunta inicial deste artigo

Ainda através do desenvolvimento do perfil de um profissional que veja o dinamismo que a Responsabilidade Sócio-ambiental requer para esta possa ser desenvolvida nas práticas cotidianas. Aliado a este dinamismo devem estar outras dimensões a serem desenvolvidas pelo administrador, quais sejam: Auto-confiança, capacidade da adaptação a novas situações, capacidade de liderança, capacidade de tomada de decisão, habilidades de planejamento, iniciativa, capacidade de trabalharem grupo, serem bons mediadores de conflitos, ter capacidade de persuasão, senso de oportunidade, senso de responsabilidade, dentre outros.

É preciso ainda que na academia os jovens empreendedores sejam treinados para a ruptura de paradigmas, sobretudo daqueles que teimam em permanecer afirmando que meio ambiente, empresas, e desenvolvimento social tendem a caminhar em direções distintas. Tal objetivo só poderá ser atingido com uma ruptura paradigmática ainda maior, que perpassasse todo o pensamento intelectual voltado para a atuação dos administradores, rechaçando assim a concepção reducionista de que função deste profissional é a de um simples gestor.



## Referências Bibliográficas

AMORIM, Regina Carla Moreira. A **Sociologia Ambiental: Constituição, Sustentabilidade e os Surveys Ambientais**. 2005, 139 f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

BARBOSA, Gustavo; RABAÇA, Carlos Alberto. Ética e credibilidade sob uma nova ótica. **Valor Econômico**. Rio de Janeiro, 11 de outubro de 2001. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br>

**CARTA DA TERRA**. Disponível em: <http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html> Acesso em: 20 de abril de 2010.

Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Desenvolvimento Sustentável**.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental**. São Paulo, Editora Atlas, 2006.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.



FERRELL, O.C; FRAEDRICH, L. **Bussiness ethics: etical decision making and cases.** Boston: Houghton Mifflin, 2000.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1975.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotara. **Criação do Conhecimento na Empresa.** Rio de Janeiro, Campus, 1997.

OLIVEIRA, J.A. Responsabilidade Social em pequenas e médias empresas. **Revista de Administração de Empresas.** 24(4), p.203-210.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado. Nova Ideologia/Utopia do Desenvolvimento. **Revista Brasileira de Antropologia.** São Paulo, USP, n34,1991.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para ao Século XXI:** desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, Fundação do desenvolvimento administrativo,1993.

SMITH, S.M; ALCORN, D.S. Cause marketing: a new direction in the marketing of corporate responsibility. **The journal of consumer Marketing.** 1991

SPENCER, H. (1904). **First principles.** Londres: Williams e Norgate (Originalmente publicado em 1862).

TENÓRIO, Guilherme Fernando. **Responsabilidade Social Empresarial:** Teoria e Prática. Rio de Janeiro, FGV, 2004.